

Imaginário, subjetividade e aposentadoria feminina

Adriana Ventola Marra[†]

Universidade Federal de Viçosa

Valéria da Glória Pereira Brito^Ω

Universidade Federal de Lavras

Maria Regina Carvalho Teixeira de Oliveira[¥]

Universidade Federal de Ouro Preto

Bernadete Oliveira Sidney Viana Dias[£]

Universidade Federal de São João Del- Rei

RESUMO: A aposentadoria feminina constitui um momento de reorganização da vida, que passa pela compreensão de sua dimensão simbólica e imaginária. Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a passagem do trabalho para a aposentadoria altera o imaginário, modificando a subjetividade dessas trabalhadoras, dando origem a múltiplos sentidos acerca da quebra do vínculo com a vida profissional. Esta pesquisa foi realizada com o principal objetivo de investigar como o fenômeno da aposentadoria é interpretado no imaginário feminino. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, na qual foram realizadas onze entrevistas padronizadas de forma aberta com mulheres que se aposentaram nos últimos dez anos, em diferentes áreas profissionais. Para algumas entrevistadas, a aposentadoria significou o regresso a um estágio de dependência e inatividade, para outras, teve o sentido de libertação do que era considerado um peso ou incômodo, sendo encarada como uma oportunidade de viver novas experiências que não foram possíveis durante a vida profissional.

Palavras-chave: Aposentadoria; imaginário; identidade.

Recebido em 07/05/2010; revisado em 06/07/2010; aceito em 10/08/2010.

Correspondência autores*:

[†]Doutoranda em Administração, pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da UFMG.

Vinculação: Universidade Federal de Viçosa

Endereço: Rua dos Arquitetos, no. 67, Belo Horizonte/MG, CEP 30840-160.

E-mail: aventola@ufv.br

Telefone: (31) 3474-6845

^ΩDoutoranda em Administração, pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da UFMG.

Vinculação: Universidade Federal de Lavras.

Endereço: Rua Des. Edésio Fernandes no. 175, Lavras/MG, CEP. 37.200-000

E-mail: vgpbrito@gmail.com

Telefone: (35) 3821-9094

[¥]Doutoranda em Administração, pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Vinculação: Universidade Federal de Ouro Preto

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 / sala 4012 - Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG.

E-mail: mrcto@hotmail.com

Telefone: (31) 32238443

[£]Doutoranda em Administração, pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da UFMG.

Vinculação: Universidade Federal de São João del- Rei.

Endereço: Avenida Getulio Vargas , 318,Apto 61, Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP 30112-020

Email: bernadete@ufsj.edu.br

Telefone: (31)3221-4633

Nota do Editor: Esse artigo foi aceito por Antonio Lopo Martinez.

1. INTRODUÇÃO

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro vem acontecendo progressivamente desde o marco simbólico da adoção da pílula anticoncepcional, no fim dos anos 1960. É inegável, portanto, que o crescimento da população economicamente ativa se alicerça também com a presença feminina nesse mercado. Essa participação trouxe como consequência um aumento no número de mulheres buscando profissionalizar-se e enfrentando as vicissitudes de um mercado de trabalho, então já bem diferente, mais competitivo e demandando competências diferenciadas. Elas atingiram a fase madura de sua vida profissional, na expectativa de obter o direito à aposentadoria. A maioria das mulheres que entraram no mercado de trabalho nos anos 1970, não mais apenas como professoras ou enfermeiras, como as primeiras, está agora se aposentando. A aposentadoria e o afastamento do trabalho, para essas mulheres, podem representar uma quebra ou, até mesmo, uma ruptura na sua identidade, bem como uma reorganização de todo o seu projeto de vida.

A apreensão da gama de significações acerca dessa geração de mulheres aposentadas passa pelo entendimento não só de sua constituição histórico-social, como também da dimensão simbólica e imaginária. As atuais transformações no mundo do trabalho levam a considerar aspectos que ultrapassam a inserção cultural e social dessas mulheres, ou seja, o imaginário permeia e revitaliza a maneira de ver e significar esse “universo” complexo e instável de representações de si mesmo e dos outros.

Em face do exposto, há que se considerar o status e o papel do trabalho na vida das pessoas. Sobre esta questão, não existe consenso entre os pesquisadores; alguns defendem o trabalho como condicionante vital do estilo e da condição de vida das pessoas e outros o colocam como exercendo um papel minoritário (BENDASSOLLI, 2006). Na vertente daqueles que defendem o espaço central que o trabalho ocupa na vida das pessoas estão Zanelli e Silva (1996) que afirmam que o trabalho é uma das principais fontes de significados da existência humana. Nessa direção, Caldas (2000) remete a noção de emprego à de vida, ao considerar que o emprego estabelece a ligação e dá sentido de pertencimento. Para o autor, representa e organiza a vida das pessoas, pois determina seus compromissos, agenda a cumprir, regras e recompensas. A centralidade do trabalho também fica evidente em Dejours (2004, p. 31), quando o autor, ao tratar de “subjetividade, trabalho e ação”, afirma que o trabalho extrapola o tempo e o espaço a ele dedicado, pois “mobiliza a personalidade por completo”.

Neste artigo, partiu-se do pressuposto de que a passagem do trabalho para a aposentadoria altera o imaginário, modificando a subjetividade do trabalhador e dando origem a múltiplos sentidos acerca da quebra do vínculo com a vida profissional. Dentre as representações encontradas, têm-se significados como o regresso a um estágio de dependência e inatividade, ou também a libertação daquilo que era um peso ou incômodo, ou, ainda, a oportunidade de viver novas experiências que não eram possíveis durante o trabalho. Nesse sentido, a aposentadoria pode significar tanto ganho como perda, dependendo das determinações culturais (tempo e espaço) de cada sujeito, de sua história de vida, de sua capacidade de criar na interação com os outros e com o mundo (SILVA, 1999), do lugar que sua identidade profissional ocupava na sua vida e da forma como lidava com seu tempo livre antes da aposentadoria (SANTOS, 1990).

Para investigar essas alterações realizou-se uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, oportunizando o resgate dos fundamentos da teoria do imaginário social, definindo como objetivo o estudo dos conteúdos simbólicos do imaginário de mulheres aposentadas sobre seu cotidiano, antes e depois da aposentadoria.

Num primeiro levantamento bibliográfico, foram encontrados vários estudos sobre a questão da aposentadoria, mas a grande maioria trata especificamente da aposentadoria masculina ou não faz distinção de sexo e tampouco aborda o lado subjetivo, como é a proposta deste artigo. Esta constatação indica, por um lado, a existência de um campo a ser explorado na agenda nacional de pesquisa, mas, por outro, aponta também para as limitações encontradas na condução deste trabalho. Posteriormente, passa-se à apresentação do referencial teórico utilizado, juntamente com a análise dos dados coletados em um conjunto formado por onze mulheres aposentadas nos últimos 10 anos, de nível superior e com uma carreira de relativo sucesso, ou seja, que alcançaram resultados positivos, atingindo suas expectativas estabelecidas ao início da vida profissional.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A natureza do fenômeno estudado exigiu a aplicação do método qualitativo de pesquisa. A pesquisa qualitativa, em estudos organizacionais, afasta-se da pretensão de manipular objetos, uma vez que trabalhos que empregam esta abordagem assumem que o conhecimento científico seja parte de um processo de reformulação de crenças e envolvem a experiência do saber como algo que constrói e modifica o próprio pesquisador (GODOI, et al. 2006).

A pesquisa qualitativa se ocupa da compreensão do fenômeno social, levando-se em consideração o seu contexto sócio-histórico (MERRIAM, 2002). Busca-se, portanto, a compreensão do agir das pessoas, na tentativa de identificar suas ações e as interpretações acerca do fenômeno socialmente construído. A possibilidade de alcançar este objetivo se dá somente quando os sujeitos são ouvidos, respeitando-se as suas exposições de motivos e lógica (GODOI e BALSINI, 2006).

A perspectiva qualitativa, portanto, aborda dimensões da realidade que não podem ser mensuradas ou quantificadas, como defendem os positivistas. Para Alonso (1998), a pesquisa qualitativa apresenta algumas especificidades que a diferem de outros métodos, ou seja, existem categorias básicas para a investigação social, capazes de apreender o campo do não verificável, daquilo que podemos interpretar por meio de uma atribuição do sentido. Dentre as categorias propostas pelo autor estão as motivações e as imagens. As motivações são entendidas, aqui, como as atitudes que geram comportamentos sociais e que são de difícil verbalização, ancorando-se em crenças, valores e desejos do imaginário coletivo. Por seu turno, as imagens seriam as condensações simbólicas que exprimem em uma representação única das projeções que os sujeitos fazem da realidade social, sejam elas afetivas ou intertextuais.

A pesquisa realizada assume um caráter exploratório e, nesse sentido, a seleção das entrevistadas não foi pautada em critérios estatísticos de definição amostral segundo a representatividade e a proporcionalidade. Um estudo como este ora proposto centra sua atenção em descobrir e apontar caminhos, mais do que em classificar e agrupar categorias de análise. Como explicado por Godoi e Mattos (2006), a escolha de participantes sem o rigor estatístico garante maior flexibilidade ao pesquisador, possibilitando, inclusive, o retorno ao campo, quer seja para ampliar o número de participantes ou para aprofundar a análise. Foi essa liberdade que permitiu, depois de receber as respostas, voltar ao campo para que fossem entrevistadas, em profundidade, quatro aposentadas.

3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E PLANO DE ANÁLISE

Para cumprir os objetivos deste trabalho, foi elaborada uma entrevista padronizada aberta, contendo uma relação de perguntas ordenadas para todas as entrevistadas, que responderam também de forma aberta, conforme sugerido em Godoi e Mattos (2006). Posteriormente, a fim de apreender melhor os conteúdos simbólicos em relação à aposentadoria, realizaram-se quatro entrevistas em profundidade.

Para Sierra (1998) *apud* Godoi e Mattos (2006, p.305), na entrevista em profundidade, o objeto de investigação constitui-se *pela vida – experiências, ideias, valores e estrutura simbólica do entrevistado*. Nesse sentido, é inevitável o envolvimento do pesquisador com os sujeitos, uma vez que o conversar e o ouvir permitem não somente a expressão livre, como também a relação que se dá em certa informalidade, o que, sem dúvida, diminui a distância entre pesquisador e pesquisados (DEMO, 2000).

Nesse sentido, a entrevista, mais do que o registro das falas, assume um caráter comunicativo, considerando a produção e a interpretação da informação por meio da análise das narrativas (GODOI e MATTOS, 2006). Para estes autores, a validade desse tipo de entrevista reside na relação que se faz entre o constructo teórico e os resultados obtidos com as falas, considerando as situações em que o conhecimento é socialmente construído e a imprevisibilidade é inerente ao método.

Em que pesem todas as limitações, dificuldades e dilemas paradigmáticos de se trabalhar de forma qualitativa, há que se reconhecer que a apreensão e a compreensão do universo social, e especificamente do discurso ou do campo organizacional, tornam-se mais ricas, se forem buscadas as formas simbólicas em que as ações sociais acontecem, considerando-se, obviamente, os seus próprios contextos situacionais, sociais e históricos (GODOI, BANDEIRA-DE-MELO e SILVA, 2006).

Na caracterização do perfil das onze mulheres investigadas, enfatizaram-se informações como idade, formação profissional, tempo de aposentadoria legal e se ainda continuam na ativa. No que diz respeito à faixa etária das entrevistadas, quatro mulheres tinham entre 50 e 54 anos, três entre 55 e 59 anos e quatro com mais de 60 anos, sendo a mais velha com 64 anos. A formação profissional destas mulheres é bastante diversa, e todas têm nível superior de escolaridade. Entre elas havia professoras (3), economistas (2), pedagoga, veterinária, bióloga, advogada, enfermeira e analista de documentação. Quanto ao tempo de aposentadoria, ele varia de um a dez anos, tendo a maior frequência (5) situado-se entre 5 a 7 anos. Do total investigado, seis deixaram de trabalhar definitivamente e cinco voltaram a exercer atividades profissionais. Deste último grupo, umas não chegaram efetivamente a parar e outras pararam e retomaram a atividade após certo tempo.

4. IDENTIDADE E TRABALHO – O REAL, O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO

No imaginário da sociedade atual, o trabalho tem um papel primordial. Tradicionalmente, as identidades têm sido determinadas, em grande parte, pelo trabalho que

as pessoas fazem. Normalmente, quando se conhece alguém, a primeira pergunta que se faz é: “O que você faz?”, cujo verdadeiro significado é “Qual é o seu trabalho?”

Reconhece-se, aqui, que a identidade das pessoas se constitui a partir da sua experiência vivida em sociedade e nas organizações. O conceito de identidade assumiu um caráter transdisciplinar na medida em que o debate tem se localizado na fronteira entre diferentes disciplinas, tais como psicologia social, sociologia e ciência política. Na área de administração pode-se considerar que esse conceito sirva de referência para a construção da transdisciplinaridade entre a teoria das organizações e as referidas disciplinas.

Não se questiona a relevância deste conceito para a compreensão do processo de constituição do sujeito no contexto organizacional. No entanto, o esforço de pesquisa realizado pelos estudos organizacionais tem produzido uma multiplicidade conceitual, cuja principal marca tem sido o reconhecimento do seu poder explicativo e da sua localização epistemológica na zona de fronteira entre disciplinas. Essas especificidades contribuíram para a desconstrução de algumas perspectivas de análise teóricas que tomavam a identidade como um fenômeno unívoco e imutável, oportunizando uma visão transdisciplinar que reconhece a natureza sócio-histórica e a mutabilidade da identidade das pessoas (CARRIERI, PAULA e DAVEL, 2008; YBEMA et al., 2009). Tem-se, assim, o reconhecimento do caráter dinâmico do processo de construção da identidade do sujeito individual e coletivo, ou seja, a identidade do sujeito individual ou coletivo não é fixa e única; ao contrário, ela deve ser vista como algo socialmente construído em dado contexto sócio-histórico, estando, portanto, sujeita a contínuas transformações (BRITO et. al, 2008). Nesse sentido, a identidade permanece num movimento de “desestruturação/reestruturação e, às vezes, assume a aparência de uma crise das identidades” (DUBAR, 2005). Mesmo sujeita a essas transformações, o repertório de conhecimentos, habilidades e atitudes acumulados não é totalmente descartado constituindo a base para a reconstrução da identidade (ASHFORTH, HARRISON e CORLEY, 2008).

Esta linha de reflexão sofreu forte influência de Berger e Luckmann (2002) que concebem a identidade a partir da localização do sujeito no seu contexto sócio-histórico. A construção da identidade seria produto da socialização marcada por um movimento duplo e simultâneo de transformação social que eles denominaram de externalização (diz respeito à forma pela qual o sujeito se revela para o mundo) e interiorização (refere-se ao processo por meio do qual o sujeito aprende novas formas de ação ou se socializa). Esse movimento humano, por sua vez, dá origem ao processo de institucionalização, ou seja, a uma padronização de ações habituais pelos vários tipos de sujeitos. Essas ações tipificadas são

partilhadas, passando a servir de referência para ação individual e coletiva de todos os indivíduos. Para os autores, o processo de institucionalização não pode ser visto como algo determinado pela estrutura social. Ao contrário, ele deve apreendido como o algo marcado pela interpretação e capacidade reflexiva dos sujeitos que têm um papel ativo na sua construção. Este processo pode ser visto como um produto da dimensão subjetiva (socialmente construída) que abre espaço para o aprendizado de novos padrões de ação durante o processo de socialização do sujeito. A socialização, sob a ótica dos autores, seria construída socialmente por meio da identidade dos sujeitos.

A concepção da ligação entre trabalho e identidade varia num contínuo que vai desde a total fusão entre a identidade pessoal e o papel profissional até sua completa desvinculação. Nas últimas décadas, acirrou-se o debate sobre o fim ou não da centralidade do trabalho na sociedade. Bendassolli (2006), ao reconstruir a ontologia do trabalho ao longo do tempo, identificou, de um lado, o trabalho como elemento central, sob o ponto de vista econômico, moral, filosófico, ideológico e contratual, associando-o à construção da identidade. Por outro lado, mostrou o questionamento feito a esta ontologia, a partir da segunda metade do século XX, em que foi apontada erroneamente a morte do trabalho. O autor afirma que essa ambiguidade em relação ao valor e ao sentido do trabalho na definição da identidade é causada pela coexistência de vários *ethé* que caracterizam essa relação, ficando a cargo do sujeito, em função de seu contexto sócio-histórico, de sua história de vida e de sua subjetividade, definir valor do trabalho na construção de sua identidade.

Ao constituir sua identidade, o sujeito incorpora a dimensão objetiva e subjetiva da vida social (DUBAR, 2005). Este mesmo autor ressalta que a compreensão do processo de construção da identidade do sujeito não pode ser reduzida à análise de uma dessas dimensões. A construção do eu ou da identidade deve ser considerada como uma consequência da relação dialética entre a objetividade e a subjetividade da realidade sócio-histórica em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, Dubar (2005, p.136) define identidade como sendo o “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

Para efeito deste estudo, concebeu-se a relevância do processo de socialização profissional na construção da identidade do sujeito pela via do *ethos* instrumental (BENDASSOLLI, 2006), em que o trabalho é fonte de reconhecimento social, obtenção de *status* e estabelecimento de rotinas.

Dentro desta perspectiva e analisando especificamente a identidade no trabalho, Brito e colaboradores (2008) consideram as relações de trabalho, nas quais os indivíduos participam de atividades coletivas, no âmbito da organização e intervêm de uma ou outra forma nos jogos entre atores, cuja dinâmica influencia a subjetividade e a identidade dos trabalhadores. Ao citar o trabalho de Sainsaulieu (1985), estes autores afirmam que a identidade no trabalho baseia-se em representações coletivas diferentes, que constroem atores no sistema social da empresa. As relações de trabalho são constituídas por espaços em que as múltiplas subjetividades são construídas, ações e biografias são ressignificadas ou reconfiguradas pelos sujeitos em ação em um dado contexto social. Ao analisar a condição humana, Arendt (2000) também evidencia a articulação entre trabalho e identidade. Para a autora, o trabalho deve ser visto como elemento central que interfere na construção da autoimagem e da imagem social (identidade para si e identidade para o(s) outro(s)) dos sujeitos trabalhadores.

Seguindo a linha de reflexão de Dejours (2004, p.31), o ato de trabalhar, embora frequentemente estudado como “uma experiência solipsista da relação de si para si”, é também uma relação social. Para o autor, o trabalho deixa de ser uma simples atividade, uma vez que estão implícitas, no trabalhar, “relações de desigualdade, de poder e de dominação”. Nesse sentido, o real do trabalho extrapola o real da tarefa, pois não se circunscreve ao “real do mundo objetivo” e pertence também ao “real do mundo social”. O autor afirma que “trabalhar é, também, fazer a experiência da resistência do mundo social e, mais precisamente, das relações sociais, no que se refere ao desenvolvimento da inteligência e da subjetividade”.

Considerando o valor e o sentido do trabalho na construção da autoimagem e da imagem social dessas mulheres aposentadas, questionou-se sobre seu cotidiano antes da aposentadoria. As principais atividades relatadas estão vinculadas ao excesso de trabalho. Algumas trabalhavam em três períodos (manhã, tarde e noite), mas a maioria, em horário integral. Além do trabalho, nas poucas horas que sobravam, seu dia-a-dia era preenchido com horas no trânsito no seu deslocamento de ida e volta do local de trabalho, com os cuidados com a família, e um tempo dedicado para si, estudando ou fazendo cursos livres, fazendo ginástica ou resolvendo suas coisas pessoais, o que reflete fortemente os múltiplos papéis femininos (esposa, mãe, profissional, entre outros), mas que não serão objetos de análise neste artigo.

Passava o dia inteiro na escola entre ministrar aulas, preparar material, corrigir provas e participar de atividades administrativas, quando solicitada. Era o dia inteiro de trabalho efetivo e, às vezes, à noite (1).

Levantava cedo, ficava quase duas horas no trânsito e ia para o banco. Lá cuidava da rotina administrativa, eu era analista de crédito. À tarde voltava para casa e, três vezes por semana, à noite, fazia aulas de inglês (3).

Tinha uma rotina de oito horas de trabalho diário e atividades esportivas duas vezes por semana, com hora marcada e ocupações do lar intercaladas nas horas de intervalo (5).

Após a aposentadoria, o simbólico em relação ao trabalho permanece, contudo, por meio da identidade da aposentada, que se mantém como referência identitária, pois não se rompem os modelos de identificação com o real, preservados pelo imaginário e expressos pelo sufixo "ex" ou aposentada, quando da identificação para dizer quem é, o que faz. Essa autorrepresentação é fantasia do seu passado, mas também do seu presente e símbolo do seu querer como um futuro. Um sentimento de vazio, de falta de novas relações sociais e de perda de sentido quando da identificação das entrevistadas pode ser revelado nos depoimentos que se seguem.

Eu... eu... (pensou bastante tempo) eu acho que não sei. Tem tanto tempo que não conheço ninguém novo. Acho que falaria que sou veterinária aposentada (2).

Minha vida mudou radicalmente, pois eu, antes, era bancária e, hoje, eu sou vovó. Mas, no começo, foi mais difícil ainda, pois era muito nova e fiquei totalmente perdida. Todo mundo saía para trabalhar e eu ficava em casa. Até o inglês eu parei, pois não via mais sentido. Fiquei um período no vazio. Só quando a minha filha teve os meninos é que as coisas... é que tive uma rotina novamente (3).

A dificuldade de alguns sujeitos em relação à aposentadoria se relaciona a sua recusa em aceitar sua nova condição e à dificuldade de construir projetos de vida suscetíveis de dar prosseguimento à existência fora do trabalho (SANTOS, 1990). Em geral, elas não tinham muitas atividades fora do trabalho, que era visto como fonte de poder e de engajamento e investimento social. Daí vem a sensação de vazio e de perda de sentido.

Ter ou não a capacidade de criar na interação com os outros e com o mundo também é um fator determinante da forma como as pessoas vivenciam a aposentadoria (SILVA, 1999). Castoriadis (2003) afirma que a essência dos sujeitos está exatamente em sua infinita capacidade de criar. Esse poder de criação só acontece por meio do imaginário. Neste artigo utilizou-se a concepção de imaginário de Ruiz que afirma que

(...) o imaginário e a imaginação, por princípio, são indefiníveis, isto é, nenhuma explicação racional por muito densa ou extensa que se pretenda poderá exaurir o imaginário. O imaginário sempre deverá ser descrito pelos seus efeitos, pois nunca poderá ser explicado por meio de definições conclusivas (2003, p.30).

Para Castoriadis (2003), existem dois tipos de imaginário: o efetivo e o radical. O imaginário efetivo revela-se no sócio-histórico por meio de conjuntos simbólicos existentes, ou seja, somos seres sociais e, desde o nosso nascimento, instituições (família, escola, igreja e

outras) esses conjuntos têm como função nos ensinar o que é certo e o que é errado, iniciando nosso processo de socialização e de construção de sentidos. Por sua vez, o imaginário radical é a capacidade do indivíduo de criar, de inovar, de produzir novos sentidos. O ser humano reconhece o mundo e seus objetos por meio da construção de sentidos a partir do imaginário efetivo, também chamado de social, e do radical. Portanto, esse sentido do indivíduo não provém apenas de suas impressões; ele é social e “se organiza em teias e estruturas de significados, a fim de estabelecer suturas simbólicas que dêem coerência à ação humana” (RUIZ, 2003, p. 67).

A construção de sentidos assume um caráter reflexivo, uma vez que é constantemente recriada pelos sujeitos. Na expressão de Ruiz (2003, p.59), a cultura, ou seja, a rede simbólica, “constitui-se por” e “constitui” maneiras como os sujeitos veem o mundo (a subjetividade). Nesse sentido, não se pode pensar a cultura como algo pré-definido, utilizando-se apenas da racionalidade para nos revelar os sentidos, numa lógica identitário-conjuntista. Segundo Castoriadis (2003), essa lógica ainda predomina na sociedade, pois insistimos em enxergar os acontecimentos passados por meio de nossos significantes imaginários do presente, o que se torna um erro, pois ela não explica a significação do real. O estrato natural, ou seja, o real, sustenta a sociedade, mas não a determina, pois existe uma maleabilidade decorrente do imaginário.

Construindo sentidos para sua aposentadoria numa conjugação de imaginário social e radical, as mulheres investigadas relatam, por um lado, que, após a sua efetiva aposentadoria, imaginavam que teriam condições de realizar várias atividades que eram inviabilizadas em função do tempo, tais como viajar para vários lugares, ter tempo livre para o lazer, para a família, para fazer cursos e atividades manuais, enfim, para fazer tudo o que lhes desse prazer. Por outro lado, algumas tinham uma representação bastante negativa da aposentadoria, associando-a ao tédio, a servir de “muleta” para outras pessoas ou, simplesmente, nem conseguiam se imaginar aposentadas.

Naquela época eu me imaginava livre para fazer o que quisesse... para viajar sem estar presa a horários, principalmente. Eu imaginava muito lazer na minha vida de aposentada, não pensava em voltar a trabalhar e continuo não pensando (1).

Quando era mais nova, imaginava que, quando aposentasse, eu iria cuidar da minha casa, dos meus filhos e do meu marido... fazer comidas gostosas, receber amigos, enfim, curtir minha casa e minha família, coisa que nunca tive tempo de fazer, pois sempre trabalhei viajando e sacrifiquei muito esse meu lado pessoal em função do profissional (2).

Eu acho que não imaginava..., cuidar de netos, talvez. A minha vida sempre foi tão ligada ao banco que raras vezes me imaginava fora dele. Eu sempre via as pessoas que se aposentam cedo e ficam paradas, como pessoas marginais, em que todas as

outras pessoas acabam usando como muletas para dar auxílio. E eu nunca quis ser muleta (3).

Tudo o que o indivíduo vive, cria, projeta, reprime e sublima se sedimenta em camadas de socialização como se fosse um magma (CASTORÍADIS, 2003). Este processo se dá à medida que nós, indivíduos, vamos fazendo camadas de significações, enquanto nos desenvolvemos como sujeitos e sociedade. As instituições contribuem com essas camadas por meio de suas normas, sanções, ideologias e tradição e se impõem aos sujeitos levando à alienação, ou seja, à heteronomia. A alienação é definida de múltiplas formas, que são complementares e resumidas como heteronomia ou regulação pelo outro. Heteronomia tem o sentido de subordinação ou sujeição à vontade de outras pessoas.

Contudo, segundo Castoriadis (2003), esse magma de significações e a heteronomia não impedem que o sujeito histórico-social crie novas significações por meio do imaginário radical, ou seja, tudo o que existe se torna passível de mudança. Este reconhecimento do sujeito ativo e reflexivo constitui o processo de autonomia. A autonomia é entendida como o oposto da alienação. Nesse sentido, aflora a capacidade do sujeito de refletir e de compreender que sua representação para si e para os outros é constituída e instituída sócio-historicamente e é dessa forma que algumas das mulheres aposentadas pesquisadas constituíram novas representações sociais, num processo de compreensão da mudança e de sua capacidade de criar e refletir.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APOSENTADORIA FEMININA

Ao fazer uma revisão em estudos sobre a aposentadoria, Leão (2002) constatou que homens e mulheres com um maior nível de educação e remuneração continuam trabalhando por mais tempo que os outros indivíduos em condições opostas. Para Santos (1990), o retorno ao trabalho das pessoas com maior nível educacional não tem a ver com necessidades econômicas, mas com a busca pelo poder e pelo status que a profissão lhes proporcionava. Por outro lado, o grupo de baixa escolaridade, normalmente, tem que retornar ao trabalho em busca de renda para a sua sobrevivência. Se, no primeiro grupo, o principal motivo da aposentadoria é o tempo de serviço, no segundo, é a aposentadoria por invalidez e quando ativos, exerciam profissões caracterizadas por mão-de-obra intensiva, baixos salários e altos índices de insalubridade e periculosidade (SANTOS, 1990).

Nesta pesquisa, que envolveu mulheres de bom nível educacional (todas com graduação e algumas com pós-graduação), o principal motivo da aposentadoria foi o fim do ciclo do tempo de serviço, confirmando os estudos anteriores. Contudo, as entrevistadas

também enfatizaram razões complementares que devem ser consideradas: cansaço e saturação do ambiente de trabalho, doença em família, dificuldade física para continuar realizando a mesma tarefa, mudanças na lei da aposentadoria, problemas financeiros e motivos alheios à sua vontade como, uma imposição da empresa.

Eu fechei o meu ciclo na escola, já tinha meu tempo de serviço. Eu não estava bem de saúde, meus pais também estavam precisando de mim. Eu não estava mais dando conta de tanto trabalho e de ver os mesmos problemas sem solução(1).

Desde que me entendo por gente, eu trabalhava no banco. E aí eu não queria sair, mas houve uma necessidade de corte de pessoal no banco e eles verificaram todos que tinham tempo de aposentadoria e convidaram a se aposentar(3).

Já estava saturada daquele ambiente, precisava parar. No dia em deu o período, pedi a minha aposentadoria. Estavam surgindo outras propostas de trabalho, para ganhar mais e trabalhar menos. Parei sem me arrepender(4).

Analisando-se estas respostas, percebe-se a aposentadoria como um momento em que a decisão, algumas vezes é da própria mulher e, nesse sentido, pode ser postergada em relação ao tempo de serviço necessário; outras vezes é imposta por uma política adotada pela administração da empresa, para “renovar” seu quadro de pessoal. Neste último caso, as mulheres se sentem incapacitadas ou até excluídas ao serem “convidadas” a se aposentarem.

Também é fato que a aposentadoria sofreu o impacto de várias mudanças no mundo do trabalho, a ponto de interferir na decisão de aposentar-se, atualmente muito mais influenciada por fatores externos, do que como a idade propriamente dita. Muitas mulheres se aposentam em determinado emprego, passando a dedicar-se a outro, seja para melhorar a renda, seja para fazer algo com que sempre sonharam, no sentido de criação do imaginário radical.

Sobre a questão da aposentadoria feminina e da perda da identidade profissional, Leão (2002, p. 185) afirma que essa mulher “mobiliza símbolos que estão na sombra e que podem ser integrados à consciência, assim como arquétipos de transformação, determinando a qualidade de enfrentamento dessas mudanças na meia-idade”. A autora conclui que o evento da aposentadoria propicia a redefinição e a reorientação da personalidade dessa mulher. A aposentadoria é vista como contraditória, pois, de um lado, coloca fim à dedicação à carreira profissional, muitas vezes feita com sacrifícios pessoais, mas, por outro, possibilita resgatar papéis relegados a um segundo plano em razão do trabalho.

Do ponto de vista simbólico, a aposentadoria representa quebras ou cortes com determinada realidade. Chegado o término de uma trajetória profissional, a aposentadoria é esperada e pode ter significados distintos para aquelas que, durante anos, dedicaram-se ao trabalho, acumulando, não raras vezes, dupla ou tripla jornada. A expectativa e a vivência de um novo cotidiano pós-trabalho levam a um redimensionamento existencial e a uma

reorganização da identidade pessoal. Nesse sentido, a aposentadoria é entendida como um fenômeno que marca a transição de fases na vida de uma pessoa.

A aposentadoria, vista como um resgate dos papéis femininos e como uma reorganização da identidade pessoal, é revelada nos depoimentos das mulheres investigadas. Essas mulheres que imaginavam que ficariam viajando após aposentadoria, ficam agora dividindo seu tempo entre cuidar dos netos e das outras pessoas da família, cuidar da casa, realizar trabalho voluntário, mas, sobra-lhes tempo, ainda, para fazer ginástica ou caminhada, alguns cursos e outras atividades, que não tinham condições de realizar em função do trabalho.

Hoje eu percebi que a vida não é lazer, que o lazer por si só não faz sentido. Parece que estou passando por estágios: primeiro, mergulhei nos problemas familiares. (...) Agora, comecei buscar outras atividades, como ioga, trabalho voluntário e grupos de estudo da doutrina espírita (1).

... fico com os meus netos para a minha filha trabalhar. Levo e busco na escola, faço almoço, levo no médico. Quando alguém da família precisa ir a algum médico e não tem como ir, eles logo falam: chama a fulana que ela está em casa (3).

Pinto alguns quadros, mas não tantos quantos eu achava. E, sabe de uma coisa? Aquele tempo livre que eu achei que ia ter para viajar, eu não tive ainda. Acabei bastante envolvida em ajudar os filhos, dando suporte com os netos, que meu tempo está todo tomado. Acho que estou trabalhando até mais do que antes (4).

Nos depoimentos acima percebe-se que essas mulheres não realizaram seu sonho de aposentadoria, uma vez que não deixaram de exercer seus outros papéis construídos para as mulheres desde outros tempos. Elas continuam sendo mães, esposas e, agora, são avós. Em função disso, em vez de diminuir, suas atividades, acabam por aumentando. Ao pesquisar executivas aposentadas, Jones et al. (2010) constataram que não gostariam de ser apenas donas de casa após a aposentadoria, uma vez que nunca o foram. Essas obrigações de trabalho fora da “força de trabalho” podem entrar em conflito com seu imaginário sobre a aposentadoria. Apenas em um dos casos é que se mostrou a possibilidade desta realização, pois a própria mulher construiu para si outra representação baseada no imaginário radical.

Tenho qualidade de vida. Vivo à beira-mar, viajo quando quero, faço ginástica, leio, vejo filmes, caminho no calçadão, vou à praia em plena segunda-feira, faço línguas (espanhol e re-iniciando o inglês), aula de dança, terapia, acupuntura. Enfim, tudo o que antes não tinha tempo para fazer (7).

Para Santos (1990), muitas mulheres se encaixam no perfil de aposentadoria-assistência, caracterizada por sujeitos que constroem seu projeto de vida em relação ao outro em que o momento de liberdade é utilizado em atividades para ajudar os membros da família e amigos. Neste ponto, vale discutir um aspecto da relação trabalho-mulher-família. Em estudo realizado por Massi (1992), foi observado que as mulheres da classe média que

trabalhavam fora apresentavam três justificativas distintas sobre o trabalho: a) o trabalho permitia a atualização, o desenvolvimento, o contato com outras pessoas, libertando-as da rotina privada; b) o trabalho como fonte de prazer e c) o trabalho como promotor da independência financeira. O interessante, nesse estudo, é que o trabalho como fonte de realização pessoal está em primeiro plano, enquanto o seu caráter produtivo aparece em segundo plano, assim como o ganho financeiro, que só emerge no caso de necessidade de ajuda no orçamento familiar. Mais que isso, o estudo revela que o sentimento social de criação e produtividade é percebido pelas mulheres que trabalham fora, na maternidade e no cuidado com a prole. O trabalho é percebido como realização pessoal e independência, num sentido de complementaridade à vida doméstica. A reflexão sobre o trabalho e a aposentadoria feminina leva implicitamente à rede de significados, símbolos e identidade que os condicionamentos da condição feminina impõem.

Aliada ao processo de transição para o não-trabalho acrescenta-se a meia idade, fase especialmente delicada quando se trata de mulheres, seja por razões psicossociais, pela passagem que simboliza ou pelas características biológicas inerentes a essa etapa da vida, como a menopausa.

Quando se consideram as mulheres de meia idade, há uma lacuna nos estudos sobre o imaginário em torno da aposentadoria, embora existam trabalhos, como as pesquisas indicadas por Leão (2000), correlacionando mulher/trabalho/aposentadoria. A relevância de se pesquisar o imaginário em torno da aposentadoria justifica-se, principalmente, ao se considerar que a longevidade vem aumentando, o que indica que atenção deve ser dada aos trabalhadores mais velhos. A expectativa de vida do brasileiro aumentou 3,4 anos, entre 1997 e 2007 e atingiu 72,7 anos, em 2008 (IBGE, 2009). Como consequência, a população idosa com mais de 70 anos, em 2008, correspondia a 4,7% dos brasileiros. Em se tratando apenas das mulheres, é sabido que sua longevidade é ainda maior que a dos homens.

Se, por um lado, a meia idade pode representar a maturidade em que se vive uma fase de estabilidade e realização pessoal, por outro lado, ela também indica, para muitos, uma crise, permeada por questionamentos sobre os vários papéis representados até então e uma necessidade de preservar tudo o que foi conquistado. Tudo isso exige uma reorientação pessoal, agravada pelas ambiguidades e contradições inerentes a esse período e à possibilidade da aposentadoria (LEÃO, 2002). Graças a essa turbulência é que a autora apresenta que boa parte das pesquisas indica a necessidade de se investir em programas para a

aposentadoria, trabalhando preventivamente com o indivíduo, para que ele consiga fazer esse “rito de passagem” de forma satisfatória.

Discorrendo sobre esta passagem, Hollis (1985) afirma que, embora aceite culturalmente como um período de crise, ela não necessariamente está atrelada à reorientação da personalidade. Não é raro, nesta fase, que as pessoas questionem-se sobre quem são, além das próprias histórias e papéis que representaram durante a vida. Este autor chama tal transição de “passagem do meio”, afirmando que se trata mais de uma “experiência psicológica” do que um “evento cronológico”, pois seu início se dá não pela idade, simplesmente, mas quando as pessoas precisam encarar o que foi evitado até então. Pode-se colocar que, se a aposentadoria é vivida como momento de recusa, sendo adiada até seu limite (aposentadoria compulsória), ela pode ser a “experiência psicológica” que desencadeia a “passagem do meio”.

Quando esta transição está próxima da aposentadoria, como apontado por Leão (2002), é agravada com a tendência ao desaparecimento dos ritos de passagem na sociedade contemporânea, uma vez que as pessoas tendem à certa desorientação neste período, em razão da necessidade de morrer para o velho e renascer para o novo. Durante a meia-idade, há uma tendência natural de as pessoas questionarem o sentido e o valor do trabalho em suas vidas, muito embora ele seja inerente à rotina e necessário, como já dito, para a constituição da identidade.

Esta transição trabalho/aposentadoria foi verbalizada pelas mulheres entrevistadas num contínuo de sensações que vão do prazer/euforia à depressão. Situações relatadas de total prazer e felicidade, tais como não ter mais que levantar cedo e não ficar presa no trânsito e ter tempo livre para o descanso e lazer, são contrapostas com relatos de sensação de inutilidade, vazio e depressão, principalmente quando o momento da aposentadoria coincide com problemas pessoais, típicos da meia-idade.

No primeiro momento, me senti bastante eufórica, pois havia ficado livre das obrigações que não queria mais. Mas, depois, me senti meio perdida e até meio deprimida. Eu percebi que os outros estavam ocupados e eu não; me senti meio inútil. E isso me deu uma sacudida, por isso que estou realizando alguns trabalhos voluntários (1).

Perdi meu chão, principalmente porque coincidiu com a minha separação e as minhas filhas saindo para morar fora. Eu acho que não me achei ainda. O impacto foi enorme (2).

Não ter mais a obrigação de acordar cedo e enfrentar o trânsito para ir trabalhar. Estou aprendendo a ser só e a aproveitar cada momento de folga com prazer (7).

Entretanto, esta crise traz a possibilidade de renovação. Viver conscientemente a “passagem do meio” exige separar quem somos, na realidade, daquilo que seria a bagagem de experiências interiorizadas, para que consigamos, de forma mais autêntica, “nos aproximarmos mais do nosso potencial e conquistarmos a vitalidade e a sabedoria do envelhecimento” (HOLLIS, 1985, p.20).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de estudar o imaginário feminino sobre a questão da aposentadoria, realizou-se uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa em que foram investigados os conteúdos simbólicos de mulheres aposentadas nos últimos dez anos sobre a percepção de si mesmas, antes e após a aposentadoria.

Verificou-se que essa transição do trabalho para a aposentadoria alterou o imaginário, interferindo na subjetividade das mulheres e dando origem a múltiplos sentidos acerca da quebra do vínculo com a vida profissional. Foram encontrados casos nos quais essa transição significou o regresso a um estágio de dependência e inatividade, mas também existem casos em que foi dado o sentido de libertação daquilo que era um peso ou incômodo ou, ainda, a oportunidade de viver novas experiências que não eram possíveis durante o trabalho. Certamente, há um universo a ser explorado, abordando imaginário e subjetividade.

Em sua vida profissional, essas mulheres eram extremamente centradas no trabalho (*ethos* instrumental), com pouco tempo para si e para sua família. Parte delas imaginava a aposentadoria como a oportunidade de resgate desse tempo para o lazer, para cuidar de si e da família. Em alguns casos, verifica-se a realização parcial desse sonho, uma vez que algumas puderam usufruir do lazer e do tempo livre. Outras, contudo, se viram novamente presas à rotina de um novo trabalho ou às atividades de assistência para com os familiares e amigos. Um aprofundamento buscando a história de vida de cada uma das entrevistadas, ou mesmo a sua subjetividade, certamente ajudaria na compreensão do tema.

Como visto na revisão bibliográfica, a aposentadoria é vista como contraditória, pois, se, de um lado, coloca fim à dedicação ao trabalho, por outro, possibilita resgatar papéis relegados a um segundo plano em razão do trabalho. Mas, o fato de abrir essa possibilidade, não significa, necessariamente, a sua concretização, nem a realização pessoal dessas mulheres.

Do ponto de vista simbólico, a aposentadoria representa quebras ou cortes com determinada realidade. É um rito de passagem, uma “passagem do meio” que, como visto, é

muito mais um evento psicológico do que cronológico. Chegado o fim de um ciclo representado pelo término de uma trajetória profissional, a aposentadoria surge com significados distintos para mulheres que, não raro, acumularam dupla ou tripla jornada. A expectativa e a vivência de um novo cotidiano pós-trabalho levam a um redimensionamento existencial e a uma reorganização da identidade pessoal. Nesse sentido, a aposentadoria é entendida como um fenômeno que marca a transição de fases na vida de uma pessoa, que nem sempre se dá de forma tranquila. Algumas das entrevistadas, inclusive, se aposentaram em um trabalho, mas continuaram carreira em outra atividade, o que foi justificado, por elas, como forma de complementar a renda. Mas, seria isso um indício de uma dificuldade em enfrentar esta passagem? Estudos sugerem a retomada, como a busca pelo *status* e poder perdidos, com a desvinculação da profissão e a busca pelo engajamento social e a retomada de suas relações.

Tudo o que essas mulheres viveram em sua vida profissional está sedimentado e é trazido para a construção de sua nova representação de aposentada. Contudo, algumas delas conseguiram elaborar melhor essa mudança e, num processo de autonomia, realizaram o que estava presente no imaginário. Outras ainda estão vivendo o processo de transição ou alienação, ficando presas aos papéis previamente institucionalizados, de uma relação de trabalho socialmente construída.

A teoria evidenciou que o sujeito histórico-social é capaz de criar novas significações por meio do imaginário radical, ou seja, tudo o que existe se torna passível de mudança. Esse reconhecimento do sujeito ativo e reflexivo constitui o processo de autonomia, entendida como o oposto da alienação. Nesse sentido, aflora a capacidade do sujeito de refletir e de compreender que sua representação, para si e para os outros, é constituída e instituída sócio-historicamente e é dessa forma que algumas das mulheres aposentadas pesquisadas constituíram novas representações sociais, num processo de compreensão da mudança e de sua capacidade de criar e refletir.

Cientes das limitações apresentadas nesta pesquisa, no que tange a generalizações dos resultados, ressalta-se a sua importância em função da falta de estudos que abordem especificamente este tema. Aponta-se a necessidade de estudos específicos que clareiem a aposentadoria feminina, abordando as diversas justificativas que as mulheres apontam para o trabalho e em que medida essas justificativas influenciam o seu imaginário sobre a aposentadoria. Em outras pesquisas pode-se, também, estudar a centralidade do trabalho a partir da teoria da subjetividade, envolvendo aspectos da psicanálise e de análises sociológicas, o que lhes daria um caráter transdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, L. H. **La mirada cualitativa em sociologia**. Madrid: Fundamentos, 1998.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 10^a. edição, 2000.
- ASHFORTH, B. E., HARRISON, S. H., CORLEY, K. G.. Identification in Organizations: An Examination of Four Fundamental Questions. **Journal of Management**, Vol. 34 No. 3, p. 325-374, June/2008,.
- BENDASSOLLI, P. F..**O ethos do trabalho**: sobre a insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. São Paulo, USP, Instituto de Psicologia, Tese de doutorado, 2006.
- BERGER, P. L., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade** (21. ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BRITO, M. J. M.; LARA, M. O.; SOARES, E. G.; ALVES, M.; MELO, M. C. O. L.. Traços identitários da enfermeira-gerente em hospitais privados de Belo Horizonte, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 45-57, 2008.
- CALDAS, M. **Demissão: causas, efeitos e alternativas para a empresa e indivíduo**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARRIERI, A. de P.; PAULA, A. P. de; DAVEL, E. Identidade nas organizações: múltipla, fluida, autônoma? **O&S Organização & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 127-144, abr./jun. 2008.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v.14, n.13, p. 27-34, Set/Dez, 2004.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DUBAR, C.. **A Socialização**. A Construção das Identidades Sociais e Profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; MELO, R. B. de; SILVA, A. B.(Orgs) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 89-107.
- GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; MELO, R. B. de; SILVA, A. B.(Orgs). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 301-323.
- HOLLIS, J. **A passagem do meio**: da miséria ao significado da meia-idade. São Paulo, SP: Paulus,. 1985

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

LEÃO, M. A. B. G.. **Aposentadoria como perspectiva de individuação em mulheres trabalhadoras de meia-idade** (Dissertação de Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Ciências Médicas, 2000.

JONES, I. R.; LEONTOWITSCH, M.; HIGGS, P.. The Experience of Retirement in Second Modernity: Generational Habitus among Retired Senior Managers. **Sociology**, Volume 44 (1): p. 103-120, Feb., 2010.

LEÃO, M. A.B. G., GÍGLIO, J. S. Psicodinâmica da mulher trabalhadora de meia-idade em fase de pré-aposentadoria, **Revista PSICO-USF**, v.6, n.2, p. 55-64, Jul./Dez, 2002.

MASSI, M.. **A vida de mulheres: cotidiano e imaginário**. Rio de Janeiro: Imago Ed. (Série Logoteca), 1992.

MERRIAN, S. B. **Qualitative Research and case study in applications in education**. San Francisco: Allyn and Bacon, 2002.

RUIZ, C. B.. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo, Unisinos, 2003.

SANTOS, M. F.. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo, EPU, 1990.

SILVA, M. da G. S. e. Idosos aposentados: representações do cotidiano. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Terceira Idade. **Cadernos de envelhecimento**: v.1. Porto Alegre, PROEXT, p.89-101, 1999.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, jan./mar. 2008.

YBEMA, S., KEENOY, T., OSWICK, C., BEVERUNGEN, A., ELLIS, N. & SABELIS, I. Articulating identities. **Human Relations**, Vol. 62, No. 3, p. 299–322, 2009.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. **Programa de preparação para a aposentadoria**. Florianópolis: Insular, 1996.